



## EDUCAÇÃO

# Exercício da medicina dependerá do Enamed

MP define que o Exame Nacional de Formação Médica será o método de avaliação de cursos e alunos — que têm de fazer um mínimo de 60 pontos para clinicar. Primeira edição da prova mostrou uma grande insuficiência na formação profissional

» FABIO GRECCHI

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou ontem uma medida provisória segundo a qual o Exame Nacional de Avaliação da Formação Médica (Enamed) torna-se o método oficial de avaliação dos alunos e dos cursos de medicina. Além disso, para que o estudante possa exercer a profissão terá de obter uma nota mínima de 60 pontos. O novo Enamed já será aplicado no segundo semestre, em 13 de setembro. As inscrições vão até 29 de junho e os resultados saem em 4 de dezembro.

A MP estabelece, ainda, que o Enamed será realizado a cada seis meses e servirá de prova teórica do Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos (Revalida) — direcionado aos profissionais da medicina estrangeiros que queiram trabalhar o sistema de saúde brasileiro. A nota será incluída no histórico escolar do estudante.

O estudante de medicina que estiver no 6.º ano de curso será obrigado a fazer o Enamed. Os estudantes do 4.º ano também poderão fazer o exame, mas somente para testar conhecimento e a nota não será incluída no histórico de formação.

A prova terá 100 perguntas objetivas e duração de cinco horas. A correção do Enamed usará o Método de Angoff modificado, no qual especialistas estimam, para cada um dos itens, a probabilidade de acerto de um candidato minimamente competente.

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Enamed de 2025 mostrou os problemas na formação médica no país. Exame deste ano aumenta grau de dificuldade para exercer a profissão

### Desempenho

A primeira edição do Enamed, realizada no ano passado, mostrou que cerca de um terço dos cursos de medicina no Brasil não tem desempenho proficiente, conforme

o levantamento do Ministério da Educação. Foram avaliadas 351 instituições e, desse grupo, 304 estão sob o crivo do MEC — que instaurou processos de supervisão contra 99 cursos que obtiveram conceitos 1 e 2.

Além disso, a MP assinada por Lula define que instituições de medicina estaduais e municipais não podem ser supervisionadas pelo MEC. Representa que órgãos estaduais terão de adotar medidas de supervisão nesses casos. O ministério

identificou 14 cursos avaliados como insuficientes sem sofrer medidas esportâneas de supervisão.

A má avaliação de instituições de ensino estaduais e municipais era uma preocupação do MEC, que estuda uma medida a ser levada ao

**351**

instituições foram avaliadas pelo Enamed, mas, desse grupo, 304 estão sob observação do Ministério da Educação por insuficiência de desempenho

Congresso para melhorar a qualidade desses cursos. O ministério, porém, estuda fazer uma cooperação com as unidades da Federação para "harmonização de critérios regulatórios entre os diversos sistemas".

A Associação Nacional das Universidades Particulares (Anup) interpreta como "positiva" a MP. Segundo a entidade, a iniciativa "reforça" a adoção de um único exame nacional, conduzido pelo governo federal como política pública, capaz de reunir, em um mesmo instrumento, a avaliação da formação médica e a aferição da proficiência profissional.

"Ao reunir essas finalidades em uma única prova, a medida tende a dar mais coerência à aplicação do exame e a ampliar a relevância do Enamed para os estudantes", observa, acrescentando que reconhece a iniciativa do governo ao apresentarem uma proposta que traz maior clareza ao debate sobre a avaliação da formação médica e os critérios para o exercício profissional da medicina. (Com Agência Estado)

# País atinge em 2025 menor taxa de analfabetismo

» RAFAELA BOMFIM\*

O Brasil alcançou, em 2025, a menor taxa de analfabetismo desde o início da série histórica da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua. Segundo os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 8,4 milhões de pessoas com 15 anos ou mais não sabem ler e escrever um bilhete simples — o equivalente a 4,9% da população. O índice ficou abaixo de 5% pela primeira vez desde 2016 e representa

uma redução de 592 mil pessoas em comparação com 2024. Apesar do resultado, o país não atingiu a meta estabelecida pelo Plano Nacional de Educação, que previa a erradicação do analfabetismo até o ano passado.

As diferenças entre estados e regiões continuam evidentes. Mais da metade dos analfabetos (cerca de 4,8 milhões de pessoas) vivem no Nordeste, onde a taxa alcança 10,6% — mais do que o dobro da média nacional. Em seguida aparece a Região Norte, com 5,7%. O Centro-Oeste registra 3,3%, enquanto o Sul

tem 2,4% e o Sudeste, 2,3%. Em relação a 2024, apenas o Sudeste apresentou redução da taxa, com queda de 0,5 ponto percentual. Entre as unidades da Federação do Centro-Oeste, o Distrito Federal mantém um dos cenários mais favoráveis do país, com indicadores inferiores à média nacional.

Os dados do IBGE mostram que o analfabetismo está cada vez mais concentrado entre os idosos. Pessoas com 60 anos ou mais representam 58% do total de brasileiros que não sabem ler e escrever. São 4,9 milhões de idosos

nessa condição, o que corresponde a 13,8% dentro desse grupo etário.

Se não considerar a população acima dos 60 anos, o índice nacional cai para 2,6% entre pessoas de 15 a 59 anos. Segundo o analista do IBGE William Kratochwill, a diferença demonstra que as novas gerações tiveram maior acesso à escolarização ainda na infância, enquanto os mais velhos continuam refletindo um passado marcado pela exclusão educacional.

Dentro da população idosa, as mulheres apresentam situação mais

favorável pela primeira vez. Em 2025, a taxa de analfabetismo entre mulheres com 60 anos ou mais ficou em 13,7%, abaixo dos 14,1% registrados entre os homens. Entre toda a população de 15 anos ou mais, elas também apresentam percentual menor — 4,6% contra 5,2% entre os homens. Para William Kratochwill, os resultados indicam avanços na escolarização feminina ao longo das gerações e apontam para a redução das desigualdades históricas do passado.

Mas as disparidades raciais permanecem. Entre os brasileiros de 15

anos ou mais, a taxa de analfabetismo entre pretos ou pardos é de 6,5%, enquanto que entre os brancos o índice é de 2,8%. A diferença se torna ainda mais acentuada na população idosa. Entre pretos e pardos com 60 anos ou mais, a taxa chega a 20,6%, quase três vezes superior aos 7,3% registrados entre os brancos da mesma faixa etária. Apesar disso, houve redução de 1,2 ponto percentual em relação a 2024 entre os idosos pretos e pardos, embora persistam os reflexos das desigualdades históricas no acesso à educação.

## TRÂNSITO

# Aos 18 anos, eficácia da Lei Seca indica queda

» MARIA BEATRIZ GIUSTI\*

O Brasil celebrou, ontem, o aniversário de 18 anos de uma das mais rigorosas leis sobre o consumo de álcool: a Lei Seca. Desde que foi estabelecida a tolerância zero para a bebida na direção, os números de mortes no trânsito caíram significativamente. Entre 2010 e 2024, a taxa de óbito por álcool caiu 19,5%. O dado faz parte da análise do Centro de Informações sobre Saúde e Álcool (Cisa). Mas, apesar disso, a pesquisa aponta para um número preocupante. Em 2024, a queda perdeu força e o número de mortes chegou a mais de 13 mil — um aumento de 6,2% em relação a 2023.

De acordo com Mariana Thibes, coordenadora do Cisa, o aumento das mortes está relacionado com formas mais criativas de burlar a lei. Segundo ela, grupos de conversa e aplicativos são frequentemente utilizados para escapar das blitzes. "Muita gente tenta burlar a lei e as fiscalizações porque não quer deixar de beber e dirigir. Ainda existe uma certa resistência em relação a esse comportamento", comenta.

No entanto, ela entende que a legislação continua sendo efetiva na diminuição dos acidentes de trânsito. "Isso não quer dizer que a Lei Seca deixou de funcionar. Inclusive, é citada nos relatórios da Organização Mundial da Saúde como um caso de

Fernando Frazão/Agência Brasil



Mortes em 2024 lançam dúvidas a respeito da perda de força da Lei

sucesso no mundo. Mas, sozinha, ela não consegue produzir todos os resultados que a gente espera", salienta.

Mariana argumenta que o Brasil ainda precisa trabalhar na conscientização da população e melhorar as políticas de fiscalização. "São

vários os fatores. É preciso investir em muitas frentes para que a Lei Seca continue dando resultados. Não adianta pensar que, porque a lei existe, podemos relaxar e não fazer mais nada. Muito pelo contrário. A lei é fundamental e continuará cumprindo seu papel, mas novos desafios surgem constantemente", explicou.

A coordenadora do Cisa lembra que o papel de gênero também cumpre um papel importante no aumento dos casos de acidentes fatais. "Existe um perfil de risco quando falamos de mortes no trânsito. Normalmente são homens jovens. E, não por coincidência, são também os que mais pilotam motocicletas, os que mais fazem uso abusivo de álcool e os que mais se colocam em situações de risco. São comportamentos que conhecemos bem e que têm relação com normas culturais de gênero. Isso atrapalha. São mitos que precisam ser desconstruídos", disse.

Os dados mostram que os homens representam a maioria das vítimas, com 86,7%, e fazem parte de 81,5% das hospitalizações por álcool no trânsito. Segundo o levantamento, em 2025 o Brasil contabilizou quase 103 mil internações. Houve um aumento de 1,9% em comparação com 2024.

Além disso, números do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostram também que os motociclistas são os mais propensos a sofrerem acidentes fatais. O levantamento do ano passado mostrou que, em 2023, 40% das mortes no trânsito ocorreram entre os motociclistas.

Outro dado relevante do levantamento do Cisa é a diferença por região. Dezoito estados apresentaram uma taxa de mortes por álcool na direção superior à média nacional — Tocantins, Piauí e Mato Grosso. Já Espírito Santo, Pará e Acre têm o maior número de internações.

\*Estagiárias sob a supervisão de Fabio Grecchi